
Relevância do Lucro Abrangente em Comparação ao Lucro Líquido em Demonstrações Financeiras de Empresas Brasileiras

Natália Lima de Oliveira
Universidade de Brasília
natalia_limadeoliveira@hotmail.com

Resumo

Na tentativa de acrescentar informações relevantes nas demonstrações contábeis de empresas de capital aberto, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) passou a exigir a apresentação do Lucro Abrangente (LA). Diversos estudos tem visado analisar a relevância do LA em comparação ao Lucro Líquido (LL). O objetivo deste trabalho foi verificar em empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA se os valores de ambas as formas de lucro repostadas por essas empresas diferiam entre si. Para tal foram analisados as demonstrações contábeis de 54 empresas do índice Small Cap (SMLL) e 37 empresas do índice MidLarge Cap (MLCX) durante os anos de 2010 a 2014. Os valores de LL e LA foram relativizados pelo Patrimônio Líquido correspondente a cada empresa, gerando dois coeficientes $CLL_{i,t}$ e $CLA_{i,t}$. Os coeficientes foram comparados por meio de um teste t para amostras pareadas com um nível de significância de 5%. Os resultados obtidos demonstram não haver diferença significativa entre $CLL_{i,t}$ e $CLA_{i,t}$ com exceção do ano de 2010 para o grupo de empresas do MLCX. Conclui-se que embora o uso do Lucro Abrangente possa ser interessante em casos pontuais, de uma maneira mais geral não há vantagem na utilização deste em relação ao Lucro Líquido.

Palavras Chave: Lucro Líquido. Lucro Abrangente. Relevância. BM&FBOVESPA.

Método da Pesquisa: Orientado ao Mercado.

Área Temática: Contabilidade Financeira e Finanças.

1. INTRODUÇÃO

Escândalos contábeis com balanços manipulados unidos a uma busca por informações mais confiáveis e detalhadas motivaram, entre outros fatores, uma obrigatoriedade de evidenciação do Lucro Abrangente nas demonstrações contábeis. Essa determinação ocorreu em 1997 nos EUA por meio da emissão do *Statement of Financial Accounting Standards* (SFAS) 130 - *Reporting comprehensive income* do FASB (1997) e em 2009 no Brasil, pela aprovação do pronunciamento técnico nº 26 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC, 2009).

Como divulgado no próprio *site* do CPC¹, o pronunciamento técnico número 26 foi criado para se alinhar com a IAS 1 do *International Accounting Standards Board* (IASB). Esse pronunciamento busca aumentar o nível de informações relevantes apresentadas aos investidores. Segundo o CPC uma das razões que determinam a relevância de uma informação contábil é a influência que esta possui para a tomada de decisões (CPC, 2015)². Para Macedo et al. (2011) informações contábeis relevantes contribuem para a diminuição da desigualdade informacional entre os usuários internos de uma empresa (gestores, executivos etc.) e seus usuários externos (acionistas, credores, governo etc.).

Segundo Barth, Beaver e Landsman (2001 *apud* MACEDO et al. 2011) uma informação contábil é relevante, ou seja possui, *value relevance*, se estiver fortemente relacionada ao valor de mercado de uma empresa. Diversos estudos tem buscado definir se as demonstrações dos resultados abrangentes possuem maior *value relevance* em relação às demonstrações do lucro líquido, trazendo benefícios reais aos investidores e justificando sua obrigatoriedade nos balanços contábeis.

Devalle e Magarini (2012) não acharam evidências se o uso do lucro abrangente nas demonstrações contábeis de empresas europeias tenha trazido uma maior *value relevance* dos dados contábeis em comparação ao uso do lucro líquido. Brimble e Hodgson (2005) analisaram o uso do lucro abrangente em demonstrações contábeis de empresas australianas e concluíram que este possui uma *value relevance* menor do que o lucro líquido, afirmando que além dos componentes extras presentes no lucro abrangente não acrescentarem em relevância podem confundir o investidor.

Já o trabalho de Kanagaretnam, Mathieu e Shehata (2009), que teve como base empresas canadenses, sugere que o lucro abrangente está mais associado com o preço de ações e é um melhor previsor de fluxos de caixa futuros comparado ao lucro líquido. Entretanto o lucro abrangente é pior previsor de lucro líquido futuro que o lucro líquido. Os autores do estudo acreditam que isso comprova a teoria de que o lucro abrangente tem *value relevance* significativa, mas não é um bom previsor de rentabilidade, devido à natureza transitória de seus componentes. Pinheiro, Vilamaior e Macedo (2012) realizaram um estudo que constatou para empresas brasileiras uma maior volatilidade do lucro abrangente em relação ao líquido, convergindo com essa hipótese.

De maneira a estabelecer se há diferença de relevância entre os dois tipos de lucro já citados, esse artigo visa comparar se o Lucro Abrangente de empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA é estatisticamente diferente, portanto possivelmente mais relevante do que o Lucro Líquido. Essa informação pode ser importante para um investidor que deseje verificar se o preço de uma ação condiz com a rentabilidade da empresa. Segundo Niyama e Silva (2013) “pesquisas realizadas nas últimas décadas mostraram ser possível avaliar uma entidade a partir de seu lucro”.

Obviamente, o lucro de uma empresa não é o único determinante no preço de suas ações, entretanto, por ser um dos possíveis fatores relevantes é interessante avaliar se há diferença estatística entre os dois lucros. Foi utilizada a relação lucro por Patrimônio Líquido, pois comparar os lucros isoladamente poderia causar complicações estatísticas devido às diferenças de rentabilidade das empresas.

Este trabalho possui cinco partes. Na introdução é explicado o tema da pesquisa bem como se apresenta a literatura científica relacionada ao assunto. Já no referencial teórico os conceitos necessários à leitura deste trabalho são explanados. Na metodologia é explanado o método de coleta dos dados bem como os testes estatísticos utilizados. Na quarta parte do trabalho são apresentados os resultados da pesquisa. E por fim, são apresentadas as conclusões deste trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Lucro Abrangente

O lucro abrangente é definido por Hendriksen e Van Breda (1999) como:

[...] a variação total do valor do capital, reconhecido pelo registro de transações ou pela reavaliação da empresa durante um período determinado, excetuando-se os pagamentos de dividendos e as transações de aumento ou redução do capital.

Iudícibus et al (2010) acrescenta também que o lucro abrangente: “[...] é o resultado do exercício acrescido de ganhos ou perdas que eram reconhecidos direta e temporariamente na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido”.

Apesar de não fazer parte do conjunto de demonstrações exigidas pela Lei Societária 11.638/2007, a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) passou a ser obrigatória no Brasil desde 2009, através do CPC 26 aprovado pela Deliberação da CVM nº 595/09 “[...] em decorrência das mudanças advindas da convergência às normas internacionais” (IUDÍCIBUS et al., 2010) que depois foi revogada pela Deliberação da CVM nº 676/11. A DRA é composta pelo lucro líquido acrescido de outros resultados abrangentes, que conforme o CPC 26 (2015)³:

Compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações emitidos por este CPC.

Estão inclusos nos outros resultados abrangente de acordo com o CPC 26:

“a) variações na reserva de reavaliação, quando permitidas legalmente (ver Pronunciamentos Técnicos CPC 27 – Ativo Imobilizado e CPC 04 – Ativo Intangível);

b) ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido reconhecidos conforme item 93A do Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados;

c) ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior (ver Pronunciamento Técnico CPC 02 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis);

d) ganhos e perdas na remensuração de ativos financeiros disponíveis para venda (ver Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração);

e) parcela efetiva de ganhos ou perdas advindos de instrumentos de *hedge* em operação de *hedge* de fluxo de caixa (ver Pronunciamento Técnico CPC 38).”

Para Rezende, Pinheiro e Maia (2011): “os hedges e derivativos podem ter sido uma das razões que levaram a instituição do lucro abrangente, já que muitos destes eram evidenciados somente em notas explicativas”.

Por ser um conceito relativamente novo é pouco difundido, principalmente entre os investidores. O lucro abrangente tem sido altamente discutido e por ser mais amplo que o lucro líquido, o lucro abrangente é considerado, por seus defensores, uma forma de mensuração do lucro mais completa, pois, entre outros fatores “a omissão de certos lançamentos e créditos do cálculo do lucro líquido presta-se à possibilidade de manipulação ou estabilização do lucro anual” (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999).

2.2 Lucro Líquido

Apurado pela Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), o lucro líquido dos acionistas, que é mais conhecido por lucro líquido, “representa o retorno aos proprietários da empresa” (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999). Diferentemente do lucro líquido da empresa, o lucro dos acionistas já vem deduzido de despesas como o Imposto de Renda (IR) e as participações sobre os lucros a outros que não os acionistas, sendo o lucro líquido adicionado ao Patrimônio Líquido da empresa pertencendo aos acionistas ou sendo distribuído como, dividendo (IUDÍCIBUS et al. 2010).

Uma das funções do lucro líquido, além de servir para avaliar a administração, é utilizá-lo para prever os lucros futuros, ou seja, prever a capacidade de geração de resultados ao longo de determinado prazo (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999).

Segundo Soutes e Schvirck (2005) há uma relação de semelhança entre a DRA e a DRE, “[...] ambas apresentam os valores advindos de itens extraordinários e resultados de ganhos de capital”. Entretanto esses autores alertam que existe uma diferença, pois, na DRA

[...] todos os eventos afetam o patrimônio líquido, exceto as transações de capital e distribuição de dividendos são evidenciadas, ao passo que, na da legislação brasileira, alguns eventos são apresentados no resultado e outros não.

3. METODOLOGIA

Este artigo visa comparar a relevância do Lucro Líquido (LL) e do Lucro Abrangente (LA) em relação ao Patrimônio Líquido (PL) em empresas brasileiras de maior e menor capitalização listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA). Para caracterizar empresas de maior e menor capitalização foram utilizados respectivamente os índices BM&FBOVESPA MidLarge Cap (MLCX) e BM&FBOVESPA Small Cap (SMLL), ambos obtidos no site da BM&FBOVESPA. São elegíveis para o MLCX ações de empresas que em conjunto representam 85% do valor de mercado da bolsa, sendo as restantes elegíveis para o SMLL. Uma empresa pode ter mais de uma ação listada nos Índices desde que cada ação obedeça separadamente todos os critérios de seleção.

Os critérios de inclusão da amostra foram possuir todas as demonstrações financeiras relativas ao quinquênio (2010-2014) incluindo as Demonstrações do Resultado Abrangente (DRA) bem como não ser Instituição Financeira. Essas instituições foram excluídas da amostra devido à especificidade da regulamentação que atua sobre as mesmas. A amostra foi composta por 37 empresas pertencentes ao MLCX e 54 empresas pertencentes ao SMLL. Foram utilizados os dados emitidos em cada ano isoladamente, não levando em conta possíveis correções feitas posteriormente pelas empresas. Ademais foram utilizadas as demonstrações financeiras consolidadas, pois essas permitem uma visão mais geral e uma melhor compreensão do desempenho do grupo empresarial estudado (IUDÍCIBUS et al. 2010).

Após a definição das empresas elegíveis para a pesquisa, os dados foram coletados no site da BM&FBOVESPA com o auxílio do programa Empresas.Net. As empresas analisadas estão listadas no apêndice A.

Foram retirados dessas demonstrações consolidadas os seguintes dados para o quinquênio 2010-2014: Lucro Líquido consolidado do período, Resultado Abrangente consolidado do período e Patrimônio Líquido consolidado. Os dados foram separados por ano e índice. Foram calculados para cada empresa e em cada ano, os coeficientes $CLL_{i,t}$ e $CLA_{i,t}$, que são definidos pelas seguintes fórmulas:

$$CLL_{i,t} = \frac{LL_{i,t}}{PL_{i,t}} \quad (1)$$

Onde:

$CLL_{i,t}$ = Coeficiente do Lucro Líquido da empresa **i** no ano **t**.

$LL_{i,t}$ = Lucro Líquido Consolidado da empresa **i** no ano **t**.

$PL_{i,t}$ = Patrimônio Líquido Consolidado da empresa **i** no ano **t**.

$$CLA_{i,t} = \frac{LA_{i,t}}{PL_{i,t}} = \frac{LL_{i,t} + ORA_{i,t}}{PL_{i,t}}$$

Onde:

$CLA_{i,t}$ = Coeficiente do Lucro Abrangente da empresa **i** no ano **t**.

$LA_{i,t}$ = Lucro Abrangente Consolidado da empresa **i** no ano **t**.

$ORA_{i,t}$ = Outros Resultados Abrangentes da empresa **i** no ano **t**.

Com o auxílio do software Action 2.9, que trabalha em conjunto com o Microsoft Excel, comparou-se estatisticamente as médias de $CLL_{i,t}$ com as médias de $CLA_{i,t}$ para cada ano e em cada índice. O teste utilizado foi o teste de média (teste t) para dados pareados visto que o valor do LA é diretamente impactado pelo valor do LL como foi observado na fórmula 2. Caso a hipótese nula (H_0) seja confirmada, considera-se que as médias de $CLL_{i,t}$ e $CLA_{i,t}$ são iguais, caso contrário assume-se a hipótese alternativa (H_1) de que as médias são distintas. Como foi escolhido um Intervalo de Confiança de 95%, para rejeitar H_0 e aceitar H_1 o p-valor da amostra deve ser inferior a 0,05. Ainda com o auxílio do Action 2.9 foram feitos gráficos de diagrama de caixa (*boxplot*) para cada amostra testada, de forma a obter uma melhor visualização gráfica das amostras e de seus valores atípicos (*outliers*). Os *outliers* presentes na amostra estão listados no apêndice B.

4. RESULTADOS

4.1 Índice Small Cap

Foram analisados individualmente para cada ano e índice os resultados obtidos de forma a determinar se existe diferença estatística entre os coeficientes. Seguem abaixo os resultados para o índice Small Cap:

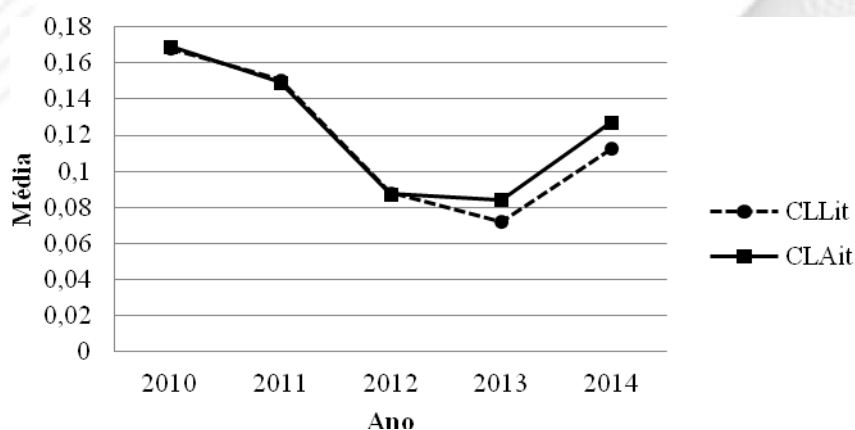
Tabela 1: Estatísticas descritivas - Small Cap

Medidas	2010	2011	2012	2013	2014
Média de $CLL_{i,t}$	0,1685	0,1509	0,0882	0,0719	0,1128
Média de $CLA_{i,t}$	0,1694	0,1495	0,0872	0,0842	0,1275
Desvio Padrão de $CLL_{i,t}$	0,1170	0,1803	0,3781	0,3287	0,5749
Desvio Padrão de $CLA_{i,t}$	0,1164	0,1704	0,3748	0,3457	0,6018
Variância Amostral de $CLL_{i,t}$	0,0137	0,0325	0,1430	0,1081	0,3305
Variância Amostral de $CLA_{i,t}$	0,0136	0,0290	0,1405	0,1195	0,3622

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao comparar as médias de $CLL_{i,t}$ e $CLA_{i,t}$ é possível observar que não há entre os valores grande variação, porém é possível observar que os dois coeficientes foram menores nos anos de 2012 e 2013. Matias-Pereira (2012) previu uma redução do crescimento da economia brasileira em 2012 e 2013. É possível que essa diminuição dos valores médios de $CLL_{i,t}$ e $CLA_{i,t}$ esteja relacionados a essa redução.

Gráfico 1: Comparação das médias de $CLL_{i,t}$ x $CLA_{i,t}$ – Small Cap



Fonte: Dados da pesquisa.

É possível observar que dentre os cinco anos analisados apenas dois anos, 2011 e 2012, não tiveram uma média de $CLA_{i,t}$ maior que a média de $CLL_{i,t}$.

Observando os valores dos desvios padrões de $CLL_{i,t}$ e $CLA_{i,t}$ é possível notar que esses valores aumentaram desde o ano de 2010, isso significa que os valores obtidos na

variação dos coeficientes $CLL_{i,t}$ e $CLA_{i,t}$ estão mais distantes da média em 2014 do que em 2010, mesmo que os valores dessa variação sejam pequenos.

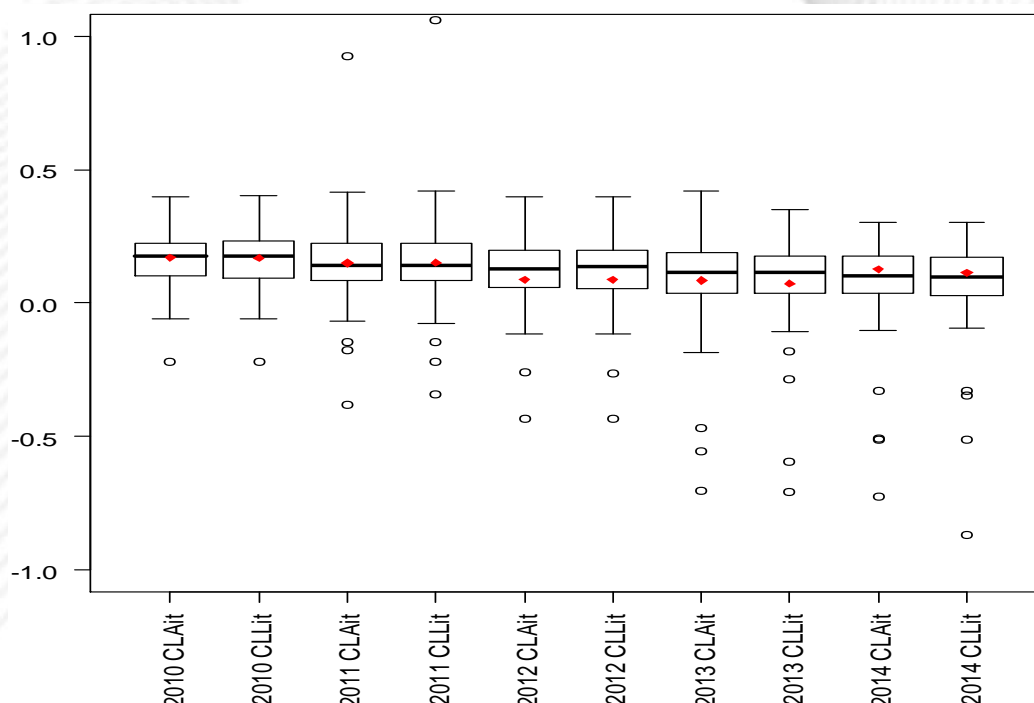
A seguir são apresentados os resultados do Teste de Média (teste t) para dados pareados para as empresas do índice Small Cap:

Tabela 2: Teste de Média (teste t) - Small Cap

Medidas	2010	2011	2012	2013	2014
T	-0,4121	0,4583	0,6184	-1,4520	-1,4883
P-valor	0,6819	0,6486	0,5390	0,1524	0,1426
Média das Diferenças	-0,0009	0,0015	0,0010	-0,0122	-0,0147
Desvio Padrão das diferenças	0,0168	0,0233	0,0120	0,0619	0,0724

Fonte: Dados da pesquisa.

Gráfico 2: BoxPlot – Small Cap



Fonte: Dados da pesquisa.

Nos anos de 2012 e 2013 constata-se $p\text{-valor} > 0,05$, não obtendo, portanto significância estatística para a rejeição de H_0 . Ao analisar o Gráfico 2 percebe-se que a amostra sofreu influências de *outliers*, visto que a média, nesse caso representada pelo ponto vermelho, foi menor que a mediana, que é representada pela linha mais grossa no meio da caixa.

Em 2014 observou-se que a média de $CLA_{i,t}$ foi 1,46% superior a média de $CLL_{i,t}$. Entretanto essa diferença não teve nenhuma significância estatística, visto que foi obtido um $p\text{-valor} 0,1426 > 0,05$, logo não rejeita a hipótese nula (H_0). A amostra teve quatorze *outliers*, sete em cada grupo, e embora a maior parte dos *outliers* sejam negativos, dois *outliers* acabaram fazendo com que a média fosse maior do que a mediana. Entretanto, nota-se que os valores extremos nos dois grupos foram muito próximos, o que sugere que eles advenham de empresas que apesar de terem coeficientes muito diferentes das outras não possuem grandes diferenças entre seus próprios lucros líquido e abrangente.

Nos anos anteriores foi possível observar um comportamento parecido entre os anos, não havendo significância estatística, pois todos os p-valor $> 0,05$, além da média e da mediana serem bem parecidas como observados no Gráfico 2, não sofrendo a amostra influências de *outliers* como nos anos de 2012, 2013 e 2014. Esses *outliers* em geral representam a mesma empresa, que embora tenha tido as relações de lucro por patrimônio líquido muito menor ou maior, dependendo do caso, que a média, não registrou outros resultados abrangentes a serem adicionados ao lucro líquido, logo o LL e o LA têm o mesmo valor e obviamente não há diferença entre os coeficientes. A estatística na verdade comprova a impressão de semelhança entre os grupos que se tem ao analisar os *boxplots* de ambos.

4.2 Índice MidLarge Cap

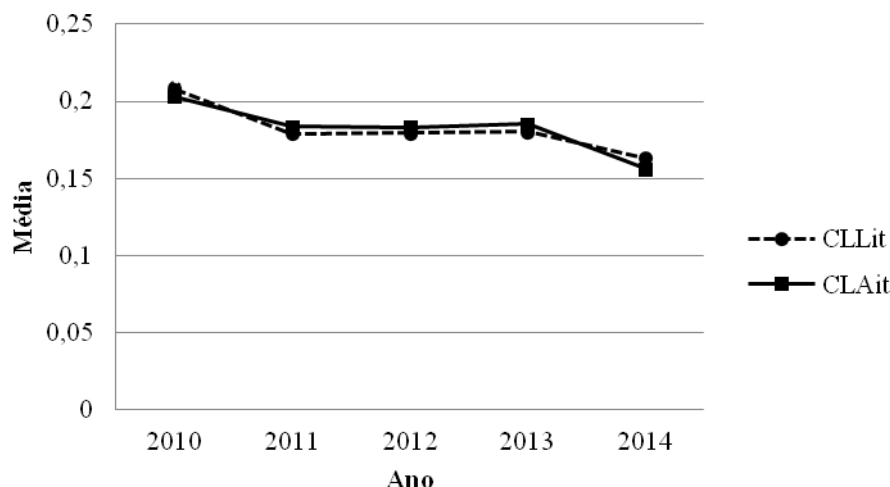
Para o índice MidLarge Cap foram registrados os seguintes resultados:

Tabela 3: Estatísticas descritivas - MidLarge Cap

Medidas	2010	2011	2012	2013	2014
Média de $CLL_{i,t}$	0,2083	0,1790	0,1792	0,1801	0,1633
Média de $CLA_{i,t}$	0,2033	0,1835	0,1830	0,1851	0,1560
Desvio Padrão de $CLL_{i,t}$	0,2754	0,2539	0,2262	0,2069	0,1855
Desvio Padrão de $CLA_{i,t}$	0,2770	0,2527	0,2287	0,2111	0,1940
Variância Amostral de $CLL_{i,t}$	0,0759	0,0645	0,0512	0,0428	0,0344
Variância Amostral de $CLA_{i,t}$	0,0767	0,0638	0,0523	0,0446	0,0377

Fonte: Dados da pesquisa.

Comparando as médias de $CLL_{i,t}$ com as médias de $CLA_{i,t}$ é possível observar que não há um distanciamento das médias de ambas. Sendo a média de $CLA_{i,t}$ maior em três dos cinco anos analisados (2011, 2012 e 2013).

Gráfico 3: Comparação das médias de $CLL_{i,t}$ x $CLA_{i,t}$ – MidLarge Cap

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao observar o Gráfico 3 é possível observar que as médias de $CLL_{i,t}$ e $CLA_{i,t}$ foram em todos os anos bem próximas e que não existe um padrão que defina o aumento ou a diminuição das médias desses coeficientes.

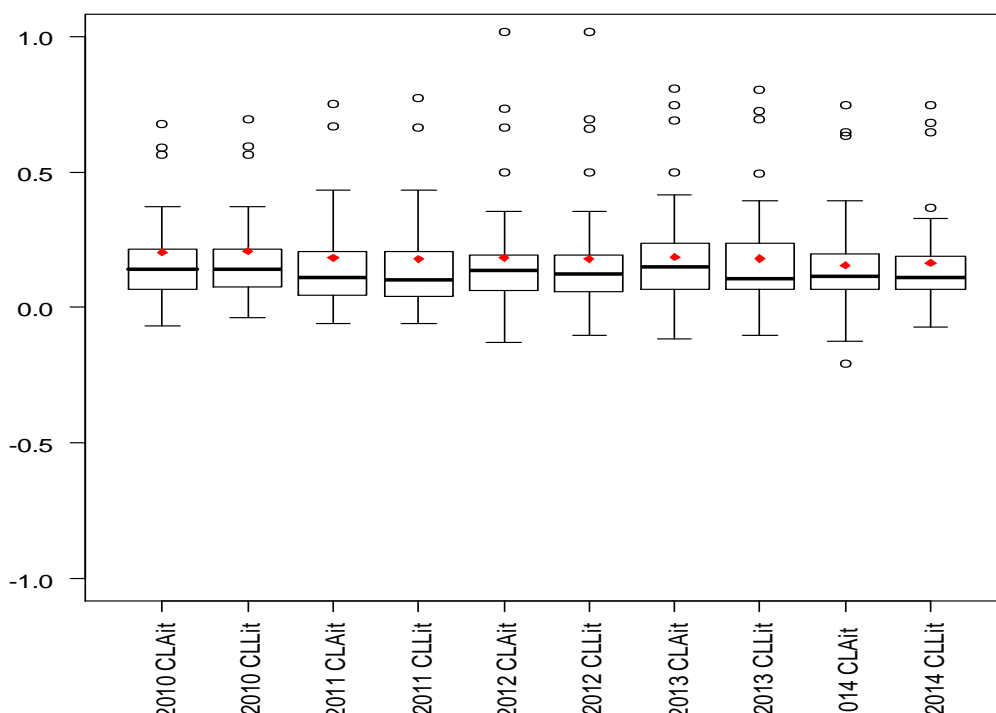
Tabela 4: Teste de Média (teste t) – MidLarge Cap

Medidas	2010	2011	2012	2013	2014
T	2,4923	-1,2520	-1,2174	-0,7674	0,7475
P-valor	0,0174	0,2186	0,2314	0,4479	0,4596
Média das Diferenças	0,0050	-0,0045	-0,0038	-0,0049	0,0073
Desvio Padrão das diferenças	0,0122	0,0219	0,0188	0,0392	0,0595

Fonte: Dados da pesquisa.

Ainda que as médias apresentadas não representem grandes diferenças entre as medidas de $CLL_{i,t}$ e $CLA_{i,t}$, é possível observar a partir dos dados do Quadro 4 uma significância estatística no p-valor $< 0,05$ no ano de 2010, o que significa que podemos rejeitar a hipótese nula (H_0), ou seja, para o ano de 2010 as médias de $CLL_{i,t}$ e $CLA_{i,t}$ são diferentes entre si ao nível de confiança de 95%, demonstrando que neste ano houve uma relevância no valor do Lucro Abrangente em comparação ao valor do Lucro Líquido. Entretanto essa relevância não foi constatada nos anos seguintes analisados, visto que p-valor $> 0,05$, podendo essa significância estar relacionada com o fato de 2010 ter sido o primeiro ano em que o Lucro Abrangente passou a ser evidenciado em uma demonstração separada das demais.

Gráfico 4: BoxPlot – MidLarge Cap



Fonte: Dados da pesquisa.

A amostra do índice MidLarge Cap foi composta de 43 *outliers*, que como se pode ver no Gráfico 4 influenciaram em todos os anos para que a média, nesse caso representada pelo ponto vermelho, fosse maior que a mediana, que é representada pela linha mais grossa no meio da caixa. Isso demonstra que nesse índice em todos os anos a amostra foi sensível aos valores extremos. Entretanto, é possível observar que na maioria das vezes esses extremos resultam de coeficientes da mesma empresa, que apesar de terem coeficientes muito diferentes das outras não possuem grandes diferenças entre seus próprios lucros líquido e abrangente.

4.3 Teste de Sinais

Além do teste apresentado anteriormente, realizou-se o teste de sinais no *software Gretl*. Em que 55,93% dos valores de Lucro Líquido e Lucro Abrangentes analisados para o índice Small Cap foram diferentes entre si, e dentre esses valores diferentes em 52,98% dos casos o Lucro Abrangente fora maior que o valor do Lucro Líquido. Já para o índice MidLarge Cap o número de diferenças foi ainda maior, visto que juntando os dados de todos os anos e de todas as empresas analisadas foi constatado que em 71,35% dos valores analisados são diferentes e que dentre esses valores o Lucro Abrangente foi maior em 55,30% das vezes que o Lucro Líquido. Entretanto ao analisar a média é possível observar que mesmo existindo diferenças entre os valores a variação entre eles não é significativa.

5. CONCLUSÃO

Esse artigo teve como objetivo investigar se há diferença e relevância no uso do Lucro Abrangente (LA) em comparação ao Lucro Líquido (LL). Analisando as 91 empresas, separadas entre empresas de menor e maior capitalização, é possível concluir que, apenas no

ano de 2010 e somente no índice MidLarge Cap a média da razão entre Lucro Abrangente e Patrimônio Líquido ($CLA_{i,t}$) é estatisticamente diferente à média da razão entre Lucro Líquido e Patrimônio Líquido ($CLL_{i,t}$) no intervalo de confiança de 95%, e essa ocorrência pode ter sido influenciada pelo fato de que foi a partir de 2010 que o Lucro Abrangente passou a ser evidenciado em uma demonstração separada das demais. Porém no restante da amostra a média da razão entre Lucro Abrangente e Patrimônio Líquido ($CLA_{i,t}$) foi estatisticamente igual à média da razão entre Lucro Líquido e Patrimônio Líquido ($CLL_{i,t}$) para ambos os grupos no intervalo de confiança de 95%, demonstrando que não há distinção entre os índices Small Cap e MidLarge Cap quanto a possíveis diferenças de médias entre o LL e o LA.

De fato, os valores das médias foram muito próximos, sendo a maior diferença de entre elas registrada no índice Small Cap em 2014 de 1,46%. Isso pode ser em parte explicado pelo fato de muitas empresas terem tido o lucro líquido igual ao lucro abrangente (44,07%), devido à ausência de outros resultados abrangentes isso pode ser verificado pela existência de vários *outliers* idênticos nos dois grupos (consultar apêndice B). Além disso, muitas empresas por terem seu foco no mercado doméstico apresentam pouca variação entre os lucros visto que um dos fatores que alteram o LA é a tradução cambial.

A média de $CLA_{i,t}$ foi maior do que a média de $CLL_{i,t}$ nos anos de 2011, 2012 e 2013 para o índice MidLarge Cap, já no índice Small Cap a média de $CLA_{i,t}$ foi maior que a média de $CLL_{i,t}$ nos anos de 2010, 2013 e 2014, porém foi menor no ano de 2011. Isso pode ocorrer por conta da natureza transitória do lucro abrangente citada por Kanagaretnam, Mathieu e Shehata (2009).

Esse trabalho por si só não afirma que as demonstrações dos resultados abrangentes não tenham relevância, entretanto sugere que para empresas brasileiras, tanto as de maior como as de menor capitalização, não houve diferença estatística significativa entre os dois tipos de lucro analisados, visto que somente em um ano e para um índice específico foi encontrado significância estatística. Diversos estudos mais aprofundados podem e devem ser feitos sobre o tema. Por exemplo, seriam interessantes estudos que avaliassem as diferenças dos lucros em empresas exportadoras de commodities, que possuem maiores variações em seu lucro abrangente devido a traduções cambiais.

Vale ressaltar que embora em grandes grupos esse estudo não tenha mostrado diferença entre os lucros, não podemos afirmar que para empresas tratadas individualmente seus investidores não tenham interesse em analisar o LA, pois apesar de sua natureza ser em geral transitória, ele pode oferecer um alerta sobre problemas crônicos que ocorrem em uma empresa, como sucessivos prejuízos nos fundos de pensão ou devido a desvantagens cambiais.

Contudo, esse trabalho tem uma série de limitações, como por exemplo, a utilização dos dados de LL, LA e PL que foram emitidos em cada ano isoladamente, não levando em conta possíveis correções feitas posteriormente pelas empresas. Embora seja uma análise importante para entender melhor as prováveis vantagens do LA ou do LL em demonstrações financeiras, ele sozinho não pode afirmar qual dos dois possui maior relevância. Além disso, como já citado, a amostra é pequena se levar em conta todas as empresas listadas na BM&FBOVESPA, o que fez com que especialmente no grupo do índice MidLarge, que teve um menor número de empresas devido à falta de dados, as médias fossem muito sensíveis aos *outliers*, o que poderia ser melhorado com uma amostra maior.

APÊNDICE A – Empresas utilizadas pela pesquisa**Quadro 1: Empresas do Índice Small Cap**

ABRIL EDUCAÇÃO S.A.
ALIANSCCE SHOPPING CENTERS S.A.
ALUPAR INVESTIMENTO S/A
MARISA LOJAS S.A.
ARTERIS S.A.
BRASIL BROKERS PARTICIPACOES S.A.
MINERVA S.A.
BRASIL PHARMA S.A.
BRADSPAR S.A.
BR PROPERTIES S.A.
CIA SANEAMENTO DE MINAS GERAIS-COPASA MG
CYRELA BRAZIL REALTY S.A.EMPREENDE E PART
DIRECIONAL ENGENHARIA S.A.
DURATEX S.A.
ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.
ELETROPAULO METROP. ELET. SAO PAULO S.A.
EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
EQUATORIAL ENERGIA S.A.
EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.
EZ TEC EMPREENDE. E PARTICIPACOES S.A.
FLEURY S.A.
GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A.
GRENDENE S.A.
HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.
CIA HERING
HRT PARTICIPAÇÕES EM PETRÓLEO S.A.
IGUATEMI EMPRESA DE SHOPPING CENTERS S.A
JSL S.A.
MAHLE-METAL LEVE S.A.
LIGHT S.A.

LINX S.A.
LPS BRASIL - CONSULTORIA DE IMOVEIS S.A.
MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.
MULTIPLUS S.A.
MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.
MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.
IOCHPE MAXION S.A.
ODONTOPREV S.A.
PDG REALTY S.A. EMPREEND E PARTICIPACOES
MARCOPOLO S.A.
QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.
RANDON S.A. IMPLEMENTOS E PARTICIPACOES
ROSSI RESIDENCIAL S.A.
SLC AGRICOLA S.A.
SARAIVA S.A. LIVREIROS EDITORES
SAO MARTINHO S.A.
SANTOS BRASIL PARTICIPACOES S.A.
SUL AMERICA S.A.
TECNISA S.A.
TEGMA GESTAO LOGISTICA S.A.
TOTVS S.A.
VANGUARDA AGRO S.A.
VALID SOLUÇÕES E SERV. SEG. MEIOS PAG. IDENT. S.A.

Fonte: Elaboração Própria.

Quadro 2: Empresas do Índice MidLarge Cap

BRF S.A.
BRASKEM S.A.
BR MALLS PARTICIPACOES S.A.
BMFBOVESPA S.A. BOLSA VALORES MERC FUT
CCR S.A.

CIELO S.A.
CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG
CPFL ENERGIA S.A.
CIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL
SOUZA CRUZ S.A.
CENTRAIS ELET BRAS S.A. - ELETROBRAS
EMBRAER S.A.
ESTACIO PARTICIPACOES S.A.
FIBRIA CELULOSE S.A.
AES TIETE S.A.
HYPERMARCAS S.A.
JBS S.A.
KLABIN S.A.
KROTON EDUCACIONAL S.A.
LOJAS AMERICANAS S.A.
LOJAS RENNER S.A.
M.DIAS BRANCO S.A. IND COM DE ALIMENTOS
MULTIPLAN - EMPREEND IMOBILIARIOS S.A.
NATURA COSMETICOS S.A.
CIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO
PETROLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS
PORTO SEGURO S.A.
CIA SANEAMENTO BASICO EST SAO PAULO
SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.
TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
TIM PARTICIPACOES S.A.
ULTRAPAR PARTICIPACOES S.A.
USINAS SID DE MINAS GERAIS S.A.-USIMINAS
VALE S.A.
TELEFÔNICA BRASIL S.A
VIA VAREJO S.A.

WEG S.A.

Fonte: Elaboração Própria.

APÊNDICE B – Outliers presentes na pesquisa**Quadro 3: Outliers – Índice Small Cap**

Ano	CLLit	CLAit
2010	-0,219089386	-0,219089386
2011	-0,340692802	-0,381646857
	1,058300982	0,926282521
	-0,218378551	-0,177096842
	-0,145232506	-0,145232506
2012	-0,263577032	-0,258984737
	-2,064488529	-2,049906663
2012	1,502921351	1,479952562
	-0,431969421	-0,431969421
2013	-0,708442659	-0,702796036
	-0,594657366	-0,553278621
	-1,538480047	-1,534331822
	1,248575717	1,378662922
	-0,287618362	-0,468798873
	-0,180664647	
2014	-0,870284859	-0,725901201
	-0,511500039	-0,511500039
	3,355460186	3,717503469
	-1,613350104	-1,338166062
	1,473982095	1,532031455
	-0,347677901	-0,509543496
	-0,330558284	-0,330558284

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 4: Outliers – Índice MidLarge Cap

Ano	CLLit	CLAit
2010	1,533106525	1,533106525
	0,691805748	0,67700719
	0,56226143	0,564268048
	0,59168892	0,588131868
2011	1,275418303	1,275418303
	0,770794428	0,751807704

	0,66459054	0,669038468
2012	1,015095969	1,017273907
	0,693889949	0,734700564
	0,498413947	0,498413947
	0,659385941	0,66507924
2013	0,804553827	0,804694588
	0,694271452	0,690503997
	0,494088212	0,496583435
	0,72570597	0,747576289
2014	0,367742417	-0,20710477
	0,746677689	0,746798169
	0,681508452	0,645115518
	0,645281232	0,632645848

Fonte: Dados da pesquisa.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em: 15/06/2015.

BRIMBLE, Mark; HODGSON, Allan. The value relevance of comprehensive income and components for industrial firms. 2005.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). Deliberação nº 595. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/port/snc/deli595.pdf>>. Acesso em: 15/06/2015.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). Deliberação nº 676. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/legislacao/deli/deli676.html>>. Acesso em: 15/06/2015.

¹COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Audiência Pública nº 11/2009. Disponível em: <http://static.cpc.mediatgroup.com.br/Audiencias/81_CPC26.pdf>. Acesso em: 15/06/2015.

²COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Pronunciamento Técnico CPC 00 – Pronunciamento Conceitual Básico (R1). Estrutura conceitual para Elaboração e

Divulgação de Relatório contábil Financeiro. Comitê de Pronunciamentos Contábeis, Brasília, Dezembro de 2012.

³COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Pronunciamento técnico CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis. (2009)

DEVALLE, Alain; MAGARINI, Riccardo. Assessing the value relevance of total comprehensive income under IFRS: an empirical evidence from European stock exchanges. *International Journal of Accounting, Auditing and Performance Evaluation*, v. 8, n. 1, p. 43-68, 2012.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARD BOARD – FASB. Statement of Financial Accounting Standards - SFAS 130: Reporting Comprehensive Income, Jun. 1997. Disponível em: <<http://www.fasb.org/cs/BlobServer?blobkey=id&blobnocache=true&blobwhere=1175820924142&blobheader=application%2Fpdf&blobcol=urldata&blobtable=MungoBlobs>>.

Acesso em: 15/06/2015.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. Teoria da Contabilidade. São Paulo: Atlas. 1ª Edição, 1999.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARD BOARD (IASB). Apresentação das Demonstrações financeiras. Disponível em: <<http://www.ifrs.org/IFRSs/IFRS-technical-summaries/Documents/Port2011/IAS1.pdf>>. Acesso em: 15/06/2015.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. Manual de contabilidade societária. São Paulo: Atlas, 1ª Edição, 2010.

KANAGARETNAM, Kiridaran; MATHIEU, Robert; SHEHATA, Mohamed. Usefulness of comprehensive income reporting in Canada. *Journal of Accounting and Public Policy*, v. 28, n. 4, p. 349-365, 2009.

MACEDO, Marcelo A. da Silva et al. Análise do impacto da substituição da DOAR pela DFC: um estudo sob a perspectiva do value-relevance Impact analysis of replacing the SSAF by the CFS: a study from a value-relevance perspective. 2011.

MATIAS-PEREIRA, J.. Efeitos da Crise Mundial e Perspectivas de Expansão da Economia Brasileira. **Administração Pública e Gestão Social**. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/view/54/116>>. Acesso em: 15/06/2015.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, Cesar Augusto Tiburcio. Teoria da Contabilidade. São Paulo: Atlas, 3ª Edição, 2013.

PINHEIRO, Laura Taboada; DE MACEDO, Rodney Pereira; VILAMAIOR, Adriana Giarola. LUCRO LÍQUIDO VERSUS LUCRO ABRANGENTE: UMA ANÁLISE EMPÍRICA DA VOLATILIDADE. Revista Universo Contábil, v. 8, n. 4, p. 06-18, 2012.

REZENDE, Leandro. Lima; PINHEIRO, Laura Edith Taboada; MAIA, Saulo Cardoso. As diferentes formas de mensuração do lucro e o reflexo no ROE das empresas que aderiram ao padrão IFRS. In: CONGRESSO SEMEAD. 2011.

SOUTES, Dione Olesczuk; SCHVIRCK, Eliandro. Formas de Mensuração do Lucro e os Reflexos no Cálculo do ROA. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE. 2005.

